A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL: RITMOS E DESTINOS

José Damião Rodrigues
Universidade dos Açores

Gilberta Pavão Nunes Rocha
Universidade dos Açores

Em várias teorias migratórias é destacada a importância das características dos territórios de origem e de destino, facto que respeita a todas as deslocações populacionais, principalmente as de longa distância. Se os aspectos económicos surgem como os factores principais, não devem ser negligenciados outros, que configuram os contextos políticos nacionais e internacionais, principalmente visíveis em certos períodos históricos. É neste quadro conceptual que nos situamos para aqui abordar a emigração açoriana para o Brasil, sublinhando que, na pluralidade açoriana, a ilha surge como a unidade de análise específica, identitária da evolução desta região arquipelágica.[1]

Região de fronteira, situada em posição charneira no cruzamento de rotas oceânicas, os Açores foram, desde a origem do povoamento, entre 1439 e 1443, uma terra marcada pela circulação das gentes, o que condicionou ao longo dos séculos a evolução e as características demográficas das diversas ilhas.[2] Numa sequência geracional que relacionou a mobilidade da população

1 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. *Dinâmica Populacional dos Açores no Século 20*: unidade – permanência – diversidade. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1991.

2 Sobre esta questão, ver ROCHA, Gilberta Pavão Nunes et al. O arquipélago dos Açores como região de fronteira. *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2. Série, v. IX-X, 2005-2006, p. 105-40.

e a sociedade, o cronista franciscano frei Diogo das Chagas, em meados do século 17, apresentou o que constituiu, no essencial, um vector estruturante da sociedade açoriana desde o início do povoamento até ao final do século 20, ao escrever, a propósito de um dito de tom profético atribuído ao Infante D. Fernando, que "elle como profetizando disse os primeiros pouoadores dessas Ilhas roçarão, e trabalharão, e seus filhos semearão, os netos uenderão, e os mais descendentes fugirão dellas o que assim aconteçeo, conforme o que ate aqui os tempos nos tem mostrados...".[3]

É preciso passar mais de quatro séculos e esperar pela última década da centúria passada para que esta situação se inverta e o arquipélago açoriano passe a ser, já não uma terra de saída, mas também, e fundamentalmente, uma terra de acolhimento, de gentes provenientes de vários países e continentes. A mobilidade continua, no entanto, a ser uma característica essencial, de múltiplas facetas, de entradas e saídas de estrangeiros e nacionais que identificam a modernidade do arquipélago.

O povoamento dos Açores teve início entre 1439 e 1443 nas ilhas orientais de Santa Maria e de São Miguel. No entanto, a ocupação humana de todas as parcelas insulares, obra de migrantes livres ou forçados, como os degredados e os escravos, que de diversas partes do reino e do império aí se instalaram,[4] só ficou concluída em meados do século 16 com o povoamento do Corvo, no extremo ocidental do arquipélago, com o recurso a escravos possivelmente trazidos de Cabo Verde pelos Fonsecas, senhores das Flores e do Corvo e da ilha de Santo Antão, em Cabo Verde.[5] Mas ainda a totalidade das ilhas não estava

---

3 Cf. CHAGAS, frei Diogo das. *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Fontes para a História dos Açores, direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de Freitas de Meneses e Vitor Luís Gaspar Rodrigues. Ponta Delgada e Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores/Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso; Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989. p.120.

4 Sobre esta questão, ver RODRIGUES, José Damião; MARTINS, Rui Cunha. A construção de um espaço: os Açores e o olhar do poder central. In: *Actas do Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*. Horta, 10-13 maio 1993. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995. p. 75-83; e RODRIGUES, José Damião. A Sociedade. In: *A Colonização Atlântica*. Coordenação de Artur Teodoro de Matos. v. III da *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa, 2005. v. I, p. 446-91, *maxime* p. 488-9.

5 Sobre esta questão, ver MATOS, Artur Teodoro de. Povoamento e colonização dos Açores. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). *Portugal no Mundo*. Lisboa: Publicações

povoada e já as fontes documentavam a presença de açorianos nas praças marroquinas e na Índia, nos navios de navegadores e de exploradores, na difusão da fé cristã ou, simplesmente, como colonizadores e militares.[6]

A partir da década de 1530, o Brasil começou a atrair população do reino. Para aí afluíram sobretudo gentes do Entre-Douro-e-Minho, que partiam do Porto e de Viana. Mas, nos arquipélagos atlânticos, principalmente nos Açores, solicitaram-se igualmente recursos humanos para a colonização de Pernambuco e da Bahia. Logo em 1550, foi a própria coroa a incentivar o provedor das armadas, Pêro Anes do Canto, no sentido deste recrutar açorianos que deveriam ser encaminhados para o Brasil, para apoio à fundação de São Salvador da Bahia.[7] Tal como viria a suceder posteriormente, a coroa disponibilizava os meios de transporte e prometia terras como forma de aliciamento dos futuros colonos. No entanto, no século 16, a emigração manteve-se ainda num nível reduzido, tal como a população global do arquipélago que, em finais de Quinhentos, tinha sensivelmente 65 mil habitantes.

Foi somente no século seguinte que o fluxo emigratório de açorianos se tornou mais frequente, direccionado sobretudo para o Pará e Maranhão. Devido à importância estratégica e económica da foz e bacia do Amazonas, em 1615, após a conquista de São Luís aos Franceses, a consolidação do domínio português na região revelou-se uma tarefa prioritária e esse objectivo passava pela fixação de núcleos de povoadores no Maranhão e no Pará, mais a oeste. O povoamento português do Maranhão, perante o reduzido número de brancos e a evidente falta de mulheres, encontraria a sua solução no recurso às gentes açorianas.[8]

Alfa, 1989. v. 1, p. 176-88, *maxime* p. 182-3 e 188; MEDEIROS, Carlos Alberto. Porto Santo e Corvo: aspectos da ocupação humana em espaços insulares restritos. *Islenha*, Funchal, n. 3, p. 6-18, jul./dez. 1988, *maxime* p. 12.

6 Embora com motivações individuais, ligadas ao serviço do rei ou de Deus, os açorianos surgem, ainda no século 16, nas principais frentes da expansão portuguesa, em África e na Índia. A este propósito, cf. RODRIGUES, José Damião. Os Açores e a Expansão: bens e gentes no espaço colonial português (séculos XV-XVIII). *Insulana*, Ponta Delgada, v. XLIX, p.147-81, 1993 .

7 "Carta de el rei de 11 de setembro de 1550 – Fundação da cidade da Bahia e colonos das ilhas". In: *Arquivo dos Açores*, edição fac-similada da edição original. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, v. XII, p. 414-5, 1983.

8 Para um desenvolvimento dos parágrafos relativos ao Maranhão e ao Pará, ver RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida. Rivalidades imperiais e emigração: os

Ainda em 1615, Jorge de Lemos de Bettencourt ofereceu-se para, à sua custa, transportar duzentos casais dos Açores para o Pará, num total de mil pessoas. A leva de colonos partiu do arquipélago em 1618 e, segundo frei Vicente do Salvador, chegaram ao Maranhão somente 95 casais, com alguns solteiros, num total de 561 almas, transportadas em três navios. Em terras amazónicas, o conflito estalou entre Jorge de Lemos de Bettencourt e os colonos, que ficaram no Maranhão, não se mostrando disponíveis para acatar as ordens do chefe da expedição. Em requerimento feito em São Luís do Maranhão a 11 de maio de 1619 e assinado por 34 dos naturais das ilhas, apresentaram as suas razões, reclamando que ficasse no Maranhão a terça parte dos mil indivíduos que Jorge de Lemos de Bettencourt se obrigara a transportar e declarando que, aparentemente, o contratador pretendia que todos fossem para o Pará, o que eles recusavam, pois era então uma região em estado de guerra e sem "modo de povoar".

Apesar das dificuldades, os ecos da expedição e da constituição da primeira câmara "açoriana" devem ter sido positivos e, em 1619, surgiu nova proposta de transporte de ilhéus para a conquista. Desta vez, o Licenciado António Ferreira de Bettencourt, natural de São Miguel, conseguiu a mercê do ofício de provedor da Fazenda Real dos Açores por três anos ao oferecer-se para trazer da Flandres dois mestres na arte do fabrico de salitre e pólvora e para colocar no Maranhão cinquenta casais, tudo à custa da sua fazenda. A 24 de novembro de 1622, o provedor da Fazenda Real dos Açores apresentou o traslado autêntico de uma certidão emitida pelo escrivão da Fazenda na conquista do Maranhão, de 29 de outubro de 1621, confirmando a chegada no navio *São Francisco* de quarenta casais, perfazendo 148 pessoas. Outras propostas foram sendo feitas na década de 1620, mas também depois da Restauração. Em 1648-1649 e em 1666-1667, novos contingentes de colonos idos do arquipélago seguiram para o Maranhão e o Pará. A primeira leva era composta por alguns casais das ilhas de Santa Maria e de São Miguel; a segunda por gente do Faial.

No total, a documentação disponível para o século 17 permite apontar para uma corrente entre os cinco mil e os seis mil indivíduos. Constituíam essencialmente os "casais" das ilhas, fórmula adoptada pela coroa para caracte-

---

açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. IV, 2003. p. 247-63.

rizar os colonos ilhéus. Se acrescentarmos a estes números os de alguns recrutamentos militares que se efectuaram no arquipélago, sobretudo durante o período final da Monarquia Católica e os primeiros anos do reinado de D. João IV, com uma cifra total superior aos quatro milhares,[9] ficamos com a noção de que o contributo açoriano assumiu uma relevância especial na defesa e afirmação do Brasil luso na centúria de Seiscentos, embora com reflexos a curto ou médio prazo no comportamento demográfico nas ilhas.

No século 18, e apesar das ordens régias em contrário, publicadas em 1709, 1711, 1713, 1720 e 1744,[10] a emigração portuguesa para o Brasil aumentou e contou com o contributo das gentes insulanas. Não obstante a publicação da lei de 20 de março de 1720, com aplicação nas ilhas, que surgiu como um entrave à livre circulação de homens entre o reino e o Brasil, ao longo da primeira metade de Setecentos, a coroa continuou a apoiar e a promover a saída de "casais" ilhéus para a América do Sul com o objectivo de povoar e defender as regiões fronteiriças meridionais e setentrionais.

A actividade sísmica e vulcânica que assolou a ilha do Pico nos anos de 1717, 1718 e 1720 contribuiu para que a coroa procurasse organizar, com a colaboração das câmaras locais, um alistamento de casais que deveriam ru-

---

9 Entre 1637 e 1645, foram efectuadas ou propostas diversas levas. Em petição examinada em consulta do Conselho Ultramarino de 1647, o provedor das armadas Manuel do Canto e Castro referiu que, entre 1637 e 1647 "se tem tirado mais de 4 mil homens", oferecendo-se então para recrutar 600. Sobre estes levantamentos, ver Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino (CU), *Açores*, caixa 1, docs. 59, de 4-5 de maio de 1638, 60, de 9 de maio de 1638, 63, de 18 de julho a 4 de setembro de 1638, 89, de 8 de junho a 31 de outubro de 1644, 96, de 28 de agosto de 1645, 97, de 31 de agosto de 1645, 99, de 19 de setembro a 17 de outubro de 1645, e caixa 2, doc. 6, de 8 de junho de 1647, agora publicados in *Arquivo dos Açores*, 2ª Série, Ponta Delgada: Direcção Regional da Cultura, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores, v. I, 1999, p. 256-9, 264-70, 350-2 e 384-90 e v. II, 2001, p. 9-22, *maxime* p. 11; BELO, António Raimundo. Relação dos emigrantes açorianos para os Estados do Brasil, extraída do livro de Registos de Passaportes da Capitania Geral dos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, v. VII, p. 244-6, 1949; LOPES, Luís. *Relação da viagem do socorro que o mestre de campo D. Diogo Lobo levantou nas ilhas dos Açores (1639)*. Introdução, transcrição e notas por Isabel Cid. Évora: Direcção Regional da Cultura dos Açores, Arquivo Distrital de Évora, 2000.

10 Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956. Tomo IV, p. 99, n. 16.

mar ao Brasil meridional.[11] Para as gentes do Pico, que trabalhavam uma terra pobre e insuficiente para o seu sustento, os flagelos da natureza agravavam a luta quotidiana pela sobrevivência, pelo que a hipótese brasileira surgia como uma fuga à pobreza. Com efeito, ao chegarem à colónia do Sacramento, receberiam alfaias agrícolas, sementes, armas, casas e uma légua de terra.[12] Porém, em 1722, no final de um segundo alistamento, que a coroa ordenara para garantir um maior rigor na feitura das listas, estavam arrolados somente 315 picoenses e 194 jorgenses do Topo. Assim, face ao fracasso da iniciativa, a coroa suspendeu temporariamente o projecto de transportar casais para o Brasil.

As tentativas promovidas na década de 1720[13] apontavam para o povoamento e defesa das regiões fronteiriças do sul e do norte, com recurso a gentes do grupo central, que sonhavam possuir "terras iguais às da Europa".[14] Todavia, foi em meados da centúria que o fenómeno emigratório açoriano se intensificou, após os moradores das ilhas, em pedido dirigido ao rei, em 1746, solicitarem a passagem aos sertões que se achavam desertos, argumentando que existia "uma grande multidão de povo que nelas se acha sem emprego". As crises cerealíferas sucediam-se com alguma frequência e atingiam, com diferentes ritmos, as várias ilhas e, além disso, eram geralmente acompanhadas de fomes e doenças. A emigração surgia, assim, para as populações de mais parcos recursos como uma forma de fuga a estas situações.

Nessa época, Portugal negociava com a Espanha os limites entre os territórios sul-americanos de ambas as monarquias, processo que conduziria à assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, pelo que o pedido dos açorianos respondia aos objectivos estratégicos da coroa portuguesa. Iniciou-se então

---

11 Sobre estas movimentações, ver MENESES, Avelino de Freitas de. *Gentes dos Açores*: o número e a mobilidade em meados do século XVIII. (Trabalho elaborado no âmbito da prestação de Provas de Agregação). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1997, policopiado; e, do mesmo autor, Os Ilhéus na colonização do Brasil: O caso das gentes do Pico na década de 1720. *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2. Série, v. III, p. 251-64, 1999.

12 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 34, lista elaborada pelos oficiais da câmara do Topo, a 14 de agosto de 1722.

13 A questão da emigração colocou-se uma vez mais em 1727-1729. Cf. MENESES, Avelino de Freitas de. Os Ilhéus na colonização do Brasil: O caso das gentes do Pico na década de 1720, citado, p. 262-3.

14 Cf. *Arquivo dos Açores*. 2. Série, v. II, p. 188-9, 2001.

um período de grande intensidade emigratória que se estendeu ao longo de cerca de cinco anos. Tratou-se de um movimento controlado pela monarquia portuguesa, que regulamentou a saída dos ilhéus e disciplinou a sua fixação em território brasileiro, na Amazónia – Pará e Maranhão – e, sobretudo, na região dos actuais estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

No que respeita ao estado e à condição social, partiram essencialmente casais, mas também indivíduos solteiros de ambos os sexos, de humildes recursos, pobres ou no limiar da pobreza, entre os quais registamos a existência de lavradores, cavadores, trabalhadores e oficiais mecânicos.[15] Quanto ao número dos que partiram para o Brasil, o total exacto de indivíduos não recolhe a unanimidade dos autores. Em 1747, entre casais e solteiros, estavam alistadas cerca de oito mil pessoas de várias ilhas, com destaque para São Jorge, onde mais de um quinto da população se dispunha a procurar novas oportunidades no espaço brasileiro, e, com menor importância, as ilhas Graciosa, Pico e Faial. Cerca de uma década mais tarde, em 1756, de acordo com um mapa das freguesias de Santa Catarina, os casais das ilhas que aí residiam eram 1.084, num total de 3.421 pessoas. Em termos globais, cálculos recentes situam a perda de efectivos do arquipélago em cerca de 5,25% da população, o que não deixou de ser considerável, sobretudo se considerarmos a saída de gente jovem, pelo que é fácil entender como este surto migratório condicionou a evolução demográfica de algumas ilhas nas décadas de 1760 e 1770.[16]

A lei de 4 de julho de 1758, com aplicação restrita aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, limitou a emigração, sob o argumento de que existia falta de mão-de-obra para assegurar o normal funcionamento das ilhas. Mas, se

15 Cf. *Arquivo dos Açores*. 2. Série, v. III, p. 171-9, 187-226, 2005.

16 Cf. BOLÉO, Manuel de Paiva. *Filologia e História*. A emigração açoriana para o Brasil (Com documentos inéditos). Coimbra: Edição da Casa do Castelo, Editora, 1945. p. 8; CABRAL, Oswaldo R. Os Açorianos. In: *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950. v. II, p. 503-608, com documentos; PIAZZA, Walter F. *A epopéia açórico-madeirense, 1748-1756*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Lunardelli, 1992; PIAZZA, Walter F.; FARIAS, Vilson Francisco de. O contributo açoriano ao povoamento do Brasil. In: *Actas da III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense*, Ponta Delgada, 30 out./4 nov. 1989. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993. p. 191-220, com dados demográficos; e MADEIRA, Artur Boavida. *População e emigração nos Açores – 1766-1820*. Cascais: Patrimonia, 1999.

esta legislação procurou conter os movimentos oficiais dos açorianos, quer na clandestinidade, quer recorrendo aos mais variados argumentos, a emigração nunca deixou de se realizar. Aliás, ao longo da segunda metade de Setecentos, as movimentações de insulanos continuaram, embora a uma escala mais reduzida, quer devido aos efeitos da legislação anti-emigratória, quer aos recrutamentos militares que periodicamente se realizaram no arquipélago, destinados a colocar tropas nas fronteiras meridionais do Brasil.

Após a assinatura do Tratado de Madrid, havia que garantir a efectivação da soberania portuguesa nos territórios sul-brasileiros e a presença de contingentes militares, a par da fixação dos casais ilhéus, correspondeu a essa necessidade. O Tratado de 1750 viria a ser anulado em 1761 pelo Tratado do Pardo, graças à oposição de Sebastião José de Carvalho e Melo, em Portugal, e de Carlos III, em Espanha, ao seu conteúdo. Na sequência dessa anulação, a disputa entre Espanhóis e Portugueses manter-se-ia activa até 1778, com a mobilização de efectivos portugueses para a colónia do Sacramento e a ilha de Santa Catarina.

É neste contexto que se integram os diversos recrutamentos militares feitos nos Açores com destino ao Brasil. Devemos salientar que a movimentação de açorianos do sexo masculino e em idade activa para o exercício militar assumiu contornos de uma verdadeira emigração, com características próprias que influíram no movimento natural dos ilhéus. As suas repercussões fizeram-se sentir nas estruturas demográfica[17] e socioeconómica do arquipélago, que se ressentiu da falta de mão-de-obra masculina em idade activa.

17 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do séc. XVIII. In: *Actas do III Colóquio Internacional – Os Açores e o Atlântico*. v. II. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1991. p. 53, 99.

TABELA 1 – Recrutamentos militares na segunda metade do século 18.[18]

Ano	Ilha	Recrutas
1766	São Miguel	200
1767	São Miguel	200
1774	Várias	600
1774	Várias	215
1775	Várias	1.000
1788	Várias	600
1796	Várias	400
1798	Várias [?]	600
Total		3.815

O impacto das levas de soldados sobre a estrutura socioeconómica insular foi bastante acentuado, conforme os testemunhos da época indiciam, e, apesar das dificuldades de mão-de-obra masculina que se faziam sentir, no início do século 19 os recrutamentos continuaram a efectuar-se. É, pois, evidente a importância desempenhada pelos Açores na colonização do território brasileiro até finais do século 18. Se estas movimentações ocorreram em paralelo com outras registadas em diversas zonas do país, em especial no Minho, a saída de açorianos, fomentada ou não pela coroa, teve a particularidade de ser uma emigração essencialmente colonizadora e definitiva, baseada em movimentações familiares – os "casais" – ou ainda em levas de recrutas.

Nos finais de Setecentos, enquanto em algumas ilhas se clamava pela necessidade de emigração, em outras assistia-se a uma situação inversa, como é visível na opinião manifestada pelo sargento-mor Borba Gato para a ilha de São Miguel, de onde era natural e onde se encontrava a dirigir as obras de reedificação do Castelo de São Brás. Em documento estatisticamente bem elaborado, norteado por objectivos relacionados com o recrutamento militar, o au-

18 Fontes da Tabela 1: cf. RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida. A emigração para o Brasil: As levas de soldados no século XVIII. In: *Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Ilhas Terceira e S. Miguel, 11 a 18 abr. 1999. Lisboa: Universidade dos Açores, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. v. 2, p. 109-30 para referência das fontes originais.

tor apresenta um diagnóstico sobre a sociedade micaelense e estabelece uma previsão da população, a que junta comentários prévios sobre a situação económica e financeira, nomeadamente sobre a gestão dos dinheiros públicos, responsável pelo declínio demográfico.[19]

Não terá sido como resposta a estas críticas que, em 1800, se suspendeu um novo recrutamento nas ilhas, pois, com efeito, já por ofício de 19 de outubro de 1799 os governadores interinos dos Açores tratavam de responder a um novo pedido de recruta de sessenta casais de "pessoas robustas" destinadas a um novo estabelecimento que se projectava criar na Bahia, processo que continuou no ano seguinte. Em finais de 1799, o governador das ilhas do Faial e do Pico tinha alistado vinte casais e um "mapa" datado de 4 de maio de 1800 regista oito famílias de agricultores e trabalhadores, num total de 63 pessoas, que viajariam primeiro para a corte, sendo alojadas no presídio da Trafaria, na margem sul do Tejo, 64 pessoas, graças ao nascimento de uma menina durante a viagem.[20]

Como corolário de todo este fluxo multissecular, a presença açoriana no Brasil foi-se consolidando. A título de exemplo, refiramos que, em 1801, com base nas listas de habitantes da capitania de São Paulo, 20% dos homens eram oriundos dos Açores, percentagem unicamente ultrapassada pela dos minhotos, com 45%.[21] E, claro, os efeitos das saídas de população, atingindo por vezes, e especialmente em algumas ilhas, intensidades bastante significativas, tiveram consequências na evolução demográfica e no desenvolvimento económico e social do arquipélago. No entanto, apesar da incerteza dos números, a população parece ter tido um aumento entre 30 mil a 50 mil pessoas entre os finais do século 17 (1695) e meados do século 18 (1747).

---

19 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. População, economia e sociedade micaelense em finais do séc. XVIII – O mapa da população de João Leite de Chaves e Melo Borba Gato. In: *Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico.* Do descobrimento à II Guerra Mundial. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989. p. 285-353.

20 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 30, docs. 30, 19 de outubro de 1799, e 38, 22 de outubro de 1799; caixa 32, doc. 13, 8 de maio de 1800; caixa 34, doc. 12, 23 de junho de 1800; caixa 40, doc. 3, 4 de julho de 1801; DRUMMOND, Francisco Ferreira. *Anais da Ilha Terceira*, reimpressão fac-similada da edição de 1850-1864, Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981. v. III, p. 97.

21 Cf. FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos 19 e 20). *Portuguese Studies Review*, v. 10, n. 1, 2002. p. 58-84, *maxime* p. 59.

Em finais de Setecentos (1796), a população dos Açores era da ordem dos 161 mil habitantes, mais dez mil do que cinquenta anos antes, apesar da forte corrente emigratória para terras brasileiras, o que pressupõe um movimento natural pujante, com uma natalidade mais intensa do que a mortalidade. Entrando nEntrados no século 19, a população aumentou cerca de 23 mil habitantes em sensivelmente em 25 anos, cerca de 23 mil habitantes, já que em 1820 o seu valor global era da ordem dasas 185 mil pessoas. Mas Santa Maria, São Jorge e Pico foram perdendo o peso demográfico que anteriormente tinham, facto que é especialmente relevante na primeira ilha, pois, em 1747, registava mais de cinco mil residentes para, em 1820, se situar apenas nos 3.810. Deste modo, à medida que é possível dispor de informação estatística,[22] confirma-se que cada ilha tem a sua própria evolução, a qual, ainda que inserida numa tendência regional, não deixa de registar a sua especificidade, dado que entendemos ser fundamental para a compreensão da história dos Açores.

Com o início de um novo século, a tendência desenhada anteriormente não foi alterada. Com efeito, a partir do registo de passaportes, verificamos que, após os anos de 1798 a 1806, durante os quais não foi emitido qualquer passaporte, no período que vai de 1807 a 1820 registamos 250 passaportes, correspondendo a um total de 474 indivíduos, situando-se o pico da emissão de documentos em 1812, com 57 passaportes. Quanto à origem dos emigrantes, a maioria era da Terceira (188) e do Faial (173), seguindo-se os naturais de São Miguel (57) e alguns de Santa Maria (6).[23]

A emigração colonizadora que encontramos nas primeiras duas décadas de Oitocentos, embora com um ritmo provavelmente menor do que em décadas anteriores, continuou a ser dirigida pela coroa, quer sob a forma das "levas" de militares, quer com o recurso à política dos "casais". Logo em 1804[24] lançava-se um recrutamento de mil indivíduos; em 1809,[25] solicitava-se nova-

22 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão; MADEIRA, Artur Boavida. Informação demográfica nos Açores oitocentistas. In: *Colóquio – Ernesto do Canto*: o homem e o tempo, Ponta Delgada: Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

23 Cf. MADEIRA, Artur Boavida, citado, p. 230-1, Quadros 95 e 96.

24 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 45, doc. 5, 20 de fevereiro de 1804.

25 Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), *Capitania Geral, Livro nº 3 do registo das ordens expedidas pelas secretarias de Estado ao*

mente às autoridades açorianas que recrutassem pelo menos três mil mancebos; e, em 1812, o conde de Aguiar, no Rio de Janeiro, escrevia a D. Miguel Pereira Forjaz informando-o de que esperava a chegada de quatrocentos recrutas dos Açores.[26] Quanto aos "casais", um "mapa" de 1812 informa-nos que, em São Miguel, estavam alistados 42 casais, perfazendo 194 pessoas, que seguiriam voluntariamente para o Rio de Janeiro.[27]

Mas, a este respeito, merece destaque um interessante processo de 1813, que nos elucida acerca de alguns dos procedimentos usados pela coroa para o transporte de insulanos para o Brasil, da geografia diferenciada da emigração açoriana e ainda das motivações dos emigrantes.[28] Em resposta às ordens régias recebidas por aviso de 12 de abril de 1813, cuidou-se de garantir o alistamento de casais. O processo não contemplaria o Pico e São Jorge e o número de pessoas alistadas não deveria exceder o total de cem. Os casais, que partiam "a procurar em clima estranho melhor fortuna", seguiriam para a corte do Rio de Janeiro no bergantim *Mãe de Deus*, do homem de negócios micaelense Nicolau Maria Raposo e dos seus sócios, que haviam contratado com a coroa o referido transporte. Dos casais alistados, após o naufrágio de um navio nas ilhas, reuniram-se em Angra uma parte dos casais do Faial e todos os das Flores e da Graciosa, mas poucos ou nenhuns de São Miguel, pois, como se afirma no processo, "sendo a Ilha que melhor sustenta os seus habitantes", era aquela que, à partida, forneceria um menor contingente de migrantes. Desconhecemos se, destes casais açorianos, alguns estão relacionados com o empreendimento do Cubatão,[29] mas esta é, como outras, uma linha de pesquisa a explorar no tocante à emigração dos Açores para o Brasil.

Os problemas políticos decorrentes da revolução liberal de 1820 e a independência do Brasil, em 1822, com o consequente início de uma produção legislativa dirigida à imigração, em 1823, vieram interromper os fluxos emi-

---

governo das ilhas dos Açores [26 de abril de 1809-7 de maio de 1814], fls. 4 v-5, nº 30 e 31, julho e novembro de 1809.

26 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 76, doc. 38, 13 de julho de 1812.

27 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 77, doc. 8, 13 de setembro de 1812.

28 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 81, doc. 21, nº 67, 14 de setembro de 1813.

29 Cf. ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. *Antologia Cubatense*. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1975.

gratórios açorianos. O facto de o Brasil se ter tornado um país estrangeiro acarretou novos problemas de circulação para a mobilidade tradicional existente em direcção à América do Sul.

Foi somente na década de 1830, após a guerra civil de 1832-1834 e a implementação de reformas administrativas, que recomeçou a emigração portuguesa para o Brasil, mas agora com diferenças consideráveis em relação ao passado. No essencial, de uma emigração direccionada, de carácter colonizador, passou-se para uma emigração dita "livre". Todavia, as condições de saída eram, as mais das vezes, bastante deficientes, conforme podemos ler em carta do cônsul português em Pernambuco ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em 1836. A saída de gente útil e a sua exploração alimentariam por largos anos o tema da "escravatura branca", bem como o antagonismo entre emigrantes e naturais.[30]

Refira-se, a este propósito, que a emigração portuguesa entre 1815 e 1930 se cifrou aproximadamente em 1,8 milhão de indivíduos e que o principal destino foi o Brasil. Nos Açores, até à segunda metade de Oitocentos, o Brasil foi ainda o destino preferencial dos açorianos, que continuaram nesses anos a escolher a antiga colónia, espalhando-se um pouco por todo aquele imenso país em busca de uma vida melhor e aí fundando diferentes tipos de associações.[31] Se, nos primeiros anos da década de 1860, mais de metade dos que saíam do porto da Horta tinham os Estados Unidos como destino, nos restantes dois distritos – Angra do Heroísmo e Ponta Delgada – a opção por este novo país foi mais tardia, pois nas suas ilhas, em finais do século 19, o Brasil ainda não perdera a preponderância.[32]

---

30 Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

31 Cf. FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto. A imigração portuguesa e as associações como forma de manutenção da identidade lusitana – Sul do Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v. 27, n. 94, 01 ago. 2001. Migración y cambio social. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn-94-27.htm>.

32 Cf. JOÃO, Maria Isabel. *Os Açores no Século XIX*: Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas. Lisboa: Ed. Cosmos, 1991; ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. Crescimento da população e os novos destinos da Emigração – 1895-1976. In: *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. Cap. V, v. II (no prelo).

Ainda que para um período mais recente, a partir da década de 1930, nomeadamente entre 1930 e 1950 – como consequência da alteração legislativa nos Estados Unidos, país que nessa época restringiu drasticamente a sua imigração, e quando o Canadá ainda não solicitava a entrada de açorianos –, a saída das gentes destas ilhas foi bastante reduzida, mas os países da América Latina, nomeadamente o Brasil, foram, ainda, local de acolhimento. O mesmo foi acontecendo nos decénios seguintes, justificados por catástrofes naturais, dificuldades económicas e alterações políticas. Com efeito, de quantitativos da ordem dos 50 mil ou 60 mil emigrantes oficiais nas duas primeiras décadas de novecentos, o valor no período que medeia 1930 a 1939 é bastante inferior, não atingindo os 3.500, enquanto nos anos 40 é ainda mais baixo, de 2.611. Mas esta é, até ao momento, uma época pouco estudada no que respeita à história dos Açores e da sua emigração.

Em síntese, na pluralidade arquipelágica, o movimento migratório e, em especial a emigração, principalmente desde setecentos até à última década da centúria passada, tem o papel determinante, uma vez que o movimento natural é mais homogéneo, ainda que também nele se possa observar a influência da mobilidade, numa clara evidência do que é a globalidade da dinâmica demográfica. Até quase aos finais do século passado, viveu-se um período no qual a mobilidade foi entendida, tanto como estratégia do poder político e económico, como uma opção individual e familiar fundamentada no desejo de ascensão social. As suas causas e consequências foram, por vezes, distintamente perspectivadas pelas elites locais, tendo estas como base fundamental a defesa ou contestação, muitas vezes de carácter político-partidário, e situações de precariedade económica dos seus habitantes ou, em sentido inverso deste, de falta de mão-de-obra necessária ao desenvolvimento económico.[33] Nesta dupla convergência de interesses e diversidade de opiniões, os habitantes das ilhas açorianas, as suas vivências e tradições estão presentes de norte a sul do continente americano.

---

33 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. A Emigração nos Açores nos Séculos XIX e 20. A necessidade, a solução, a valorização. In: *Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Ilhas Terceira e S. Miguel, 11-18 abr. 1999. Lisboa: Universidade dos Açores, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. v. 2, p. 73-89.